

ENTRE A PENEDA E O BARROSO: UMA FRONTEIRA GALAICO-MINHOTA EM MEADOS DE DUZENTOS

por Iria Gonçalves *

A fronteira medieval, como já tem sido notado por vários autores¹, era um espaço aberto, que em tempo de paz se cruzava facilmente e sem formalidades e em tempo de conflito podia ser bravamente disputado pelas forças políticas dominantes de um e de outro dos seus lados², resultando às vezes, por esse motivo, algo confusa e indefinida.

* Universidade Nova de Lisboa.

¹ Entre os muitos trabalhos que têm sido produzidos sobre a fronteira, podem ver-se, por exemplo, o clássico artigo de Lucien Febvre, "Frontière: le mot et la notion", in *Pour une histoire à part entière*, Paris, 1962, pp. 11-24; ou os trabalhos reunidos em *Frontière et pleuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, Actes du colloque d'Erice-Trapani (Italie) tenu du 18 au 25 septembre 1988, recolh. e apres. por Jean-Michel Poisson, in *Castrum*, 4, Roma-Madrid, 1992. Para Portugal pode ver-se, por exemplo: J. Carlos Garcia, *O Baixo Mondego medieval: formação de uma fronteira*, Lisboa, 1983; Rita Costa Gomes, "Sobre as fronteiras medievais: a Beira", in *Revista de História Económica e Social*, 1988, pp. 57-71; id., "A construção das fronteiras", in *A memória da Nação*, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, 1991, pp. 357-382; Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissert. polic., apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994; id., "A estratégia afonsina na fronteira noroeste", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2. *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães [1977], pp. 81-93.

² Haja em vista o que se passou nesta fronteira nortenha em tempos de Afonso Henriques, em que tantas incursões fronteiriças se fizeram, tanto do lado português como do lado leonês. Sobre tais sucessos foi produzido um sem número de trabalhos. Poderão lembrar-se, por exemplo, as antigas construções de Alexandre Herculano (*História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, t. 1, pref. e anot. por José Mattoso, Lisboa, 1980, pp. 407-562, ou de Luiz Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. IV, pref. e rev. por Domingos

Na verdade, a demarcação da fronteira é sempre, em todos os momentos históricos, qualquer coisa de artificial e inventado e, nos recuados tempos medievais, embora fosse conhecida pelo colectivo de ambos os lados, só se materializava em caso de hostilidades. Aí, balizada como geralmente se encontrava por fortalezas dispostas em lugares estrategicamente escolhidos³, a fronteira resultava efectivamente marcada, bem definida e actuante, recortada pelo espaço que cada uma dessas fortalezas controlava. Era então, antes de mais, uma fronteira defensiva que dobrava, pela rectaguarda, a fronteira política, embora nem sempre com ela coincidisse⁴.

Ajudando a demarcar e fixar essa divisória, os acidentes geográficos tinham um papel fundamental. Linhas de água, cumieiras de montanhas, sopés de colinas, eram imprescindíveis para ajudar a implantar, no imaginário colectivo, onde é que um reino deixava de o ser para um outro começar a sê-lo⁵; em que um povo devia começar a considerar-se diferente do outro que o vizinhava e, eventualmente, tornar-se seu inimigo.

Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, 1942, pp. 9-128), como os recentes trabalhos de José Mattoso ("D. Afonso Henriques", in *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, Lisboa, 1982, pp. 57-77 e "1096-1325", in *História de Portugal*, dirig. por José Mattoso, vol. II. *A monarquia feudal (1096-1480)*, coord. pelo mesmo, Lisboa, 1993, pp. 58-60), ou de Maria Alegria Fernandes Marques ("A viabilização de um reino", in *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. III. *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, pp. 25-27 e "As etapas de crescimento do reino", *ib.*, pp. 59-61), como a breve mas excelente síntese de Luís Krus ("Afonso I. D. (1109-1185)", in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, coord. por José Costa Pereira, vol. I, Lisboa, 1982, p. 23).

³ Para a fronteira minhota veja-se especialmente Amélia Aguiar Andrade, *obs. cit.*, pp. 185-195 e 91-92, respectivamente.

⁴ Cfr. os artigos atrás citados, incluídos em *Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, sobretudo a contribuição de André Bazzana, Pierre Guichard e Philippe Sénac, "La frontière dans l'Espagne médiévale", *ib.*, pp. 35-59 e também Mário Jorge Barroca, "Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)", in *Portugalia*, nova série, vol. XI-XII, 1990-91, pp. 89-126; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Castelos medievais do Noroeste de Portugal", in *Finis Terrae*, Estudos em lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil, 1993, pp. 371-385; Gabriel Fournier, *Le château dans la France médiévale. Essai de sociologie monumentale*, [Paris], 1978, pp. 158-161; Carlos Barros Guimeráns, "O cerre da fronteira medieval entre Galicia e Portugal", in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, vol. IV, *Sociedade, cultura e mentalidade na época do Cancioneiro Geral*, Porto, 1989, p. 464.

⁵ Embora fluidas e imprecisas, as fronteiras medievais podiam também ser clara e linearmente definidas, quando coincidiam com um acidente de terreno suficientemente forte para com nitidez a demarcar (Maria Alegria Fernandes Marques, "As etapas de crescimento do reino", *cit.*, p. 60).

Tarefa por vezes difícil quando esses dois povos comunicavam com facilidade, se conheciam bem, tinham interesses comuns, modos de vida semelhantes, relações de convivialidade intensas. Assim como os povos minhoto e galego. Muito tempo decorreu - até ao século XII - em que esses dois povos formaram um só, empenhados em conquistar, a duras golpes de espada, o seu solo ao sarraceno. Séculos de uma convivência social e familiar apertada⁶, servida por uma língua comum que não deixou de o ser após a separação política, não podem esquecer-se quando olhamos a fronteira medieval demarcada entre ambos. Como não podemos esquecer a situação de marginalidade a que um e outro se encontravam votados, assim tão longínquos dos respectivos poderes centrais, cada vez mais alongados deste velho Noroeste, no seu afã conquistador sobre o muçulmano⁷. Necessariamente, minhotos e galegos tinham que voltar-se para si próprios na resolução dos seus problemas. E também para o vizinho próximo. Uma fronteira muito permeável, esta.

Mas a demarcação fronteiriça não é só uma linha política, dobrada e apoiada por uma linha defensiva. É também um traçado gerador de riqueza para o soberano que até ele estende o seu poder. O interesse económico da fronteira não pode desprezar-se. Mas, para que seja eficaz neste sentido, ela tem que ser bem definida, pelo menos nos pontos estratégicos, que, neste caso, coincidem com os locais de passagem, os portos, fluviais ou terrestres, com as suas estruturas destinadas à cobrança dos tributos.

Assim também entre a Galiza e Portugal. A Norte ninguém tinha dúvidas sobre por onde se corria a divisória. Era o rio Minho que a marcava, um traço suficientemente forte e estável da paisagem, para se impor, desde logo, sem reservas. Aliás, do lado português, uma linha de povoações fortificadas, quase sobre a margem do rio, a balizar as vias de comunicação, os locais de passagem para a outra banda⁸, eram, desde Afonso III e seu filho Dinis, a clara afirmação de

⁶ Carlos Barros Guimeráns, *ob. cit.*, p. 468; Paz Romero Portilla, "Los problemas de frontera entre Portugal y Castilla (s. XIV-XV)", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, *História local I. Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, [1997], pp. 185-186.

⁷ Da parte portuguesa esse afastamento tornou-se efectivo a partir do momento em que D. Afonso Henriques, abandonando Guimarães, veio escolher Coimbra para centro da sua actividade política e guerreira (José Mattoso, "D. Afonso Henriques", *cit.*, pp. 64-65; *id.*, "1096-1325", *cit.*, pp. 64-65; Maria Alegria Fernandes Marques, "A viabilidade de um reino", *cit.*, p. 25).

⁸ Sobre os caminhos medievais que comunicavam Portugal com a Galiza e os pontos onde se fazia essa comunicação, cfr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais. I. Entre Douro e Minho*, dissert. polic., apresentada à Faculdade de Letras, Porto, 1968, pp. 201-227 e mapa (n.n.) a seguir à p. 216; *id.*, "Os caminhos e a

uma soberania que até aí se dilatava e não sofria contestação⁹. Pelo menos sem a resposta adequada.

Mas a fronteira óbvia terminava na foz do Trancoso. A partir daí, se esse pequeno rio, com, mais ao Sul, o Laboreiro, ofereciam ainda alguma possibilidade de um claro registo de demarcação, no terreno, fizeram-no sem a força e a imponência do Minho e, para lá deles, toda a separação se fez por serras, galgando encostas, caminhando por cumieiras, descendo a precipícios – como na Portela do Homem, o exemplo mais marcante – numa indefinição de linhas que a natureza do terreno, a fraca densidade populacional, o modo de vida dos seus habitantes, largamente dedicado à montaria de ursos, javalis ou cervos¹⁰, ajudaria a manter. Aliás, os homens de Cabreiro, de Soajo¹¹, ou de Castro Laboreiro, não perguntariam se era por terras da Galiza ou do Minho que perseguiram a sua presa. Possivelmente ser-lhes-ia quase tão indiferente como a ela, saber de que lado da fronteira se encontravam. Esta era uma larga franja de terreno, tão larga quanto o seu distanciamento das estruturas fortificadas que a apoiavam, com os respectivos territórios de controle a envolverem-nas. Fortalezas que haviam de ser vigiadas, defendidas, em caso de conflito armado, latente ou efectivo. Mas outros pontos havia, também estratégicos, que imperioso se tornava, de igual modo, não descurar. Eram os caminhos de penetração, as portelas cavadas entre serras e por onde a pesada estrutura que era uma hoste medieval em pé de guerra, podia entrar a internar-se perigosamente nos territórios estendidos para lá dos limites controlados pela força política que até ali os enviara.

É que, se em tempos de paz a fronteira era aberta, amável, convival, em tempos de guerra fechava-se, eriçava-se de hostilidades, eivava-se de desconfianças.

*

*

*

assistência no Norte de Portugal", in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1^{as} Jornadas luso-espanholas de História Medieval. Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, Lisboa, 1973, pp. 39-57, sobretudo o mapa entre as pp. 50-51; Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira*, pp. 271-275; Elisa Ferreira Priegue, *Los caminos medievales de Galicia*, Orense, 1989, sobretudo o mapa 1 (n.n.), em apêndice.

⁹ Amélia Aguiar Andrade, "A estratégia afonsina na fronteira noroeste", cit., pp. 81-93.

¹⁰ Cfr. o que eu própria, em outra altura, escrevi sobre este assunto e esta mesma região, em "Alguns aspectos da visita régia ao Entre Cávado e Minho, no século XIII", in *Estudos medievais*, vol.10, 1993, pp. 49-53.

¹¹ Os monteiros do Soajo eram talvez, em toda a região fronteiriça, os mais privilegiados. Cfr. José Mattoso, "A caça no Soajo", in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 205-211.

Quando no Minho soava a notícia de que a hora dos conflitos se encontrava próxima, esqueciam-se, então, relações sociais e amizades. Era altura de accionar todo um enorme e complexo sistema de defesa que, se em determinados pontos era anterior ao eclodir da fronteira galaico-minhota, em outros, logicamente na maior parte deles, nasceu e foi crescendo e aperfeiçoando-se porque essa fronteira passou a existir. Era uma estrutura abrangente, que envolvia toda a região, que punha em movimento nobres e camponeses, sabendo, cada um deles, qual o lugar que lhe pertencia, quais as tarefas que era chamado a executar. Se quantas competiam aos primeiros estavam codificadas e glosadas em obras eruditas e compêndios legislativos¹², as requeridas aos segundos – a não ser aqueles que se encontravam enquadrados pelas estruturas municipais¹³ – só o costume guardava, oralmente, a sua lembrança. Lembrança que os inquiridores régios de Duzentos foram recolhendo, guardando, registando, para no-la conservar até hoje, como tantas e tantas outras informações, reveladoras de tantas e tantas outras facetas do viver quotidiano das gentes nortenhas¹⁴.

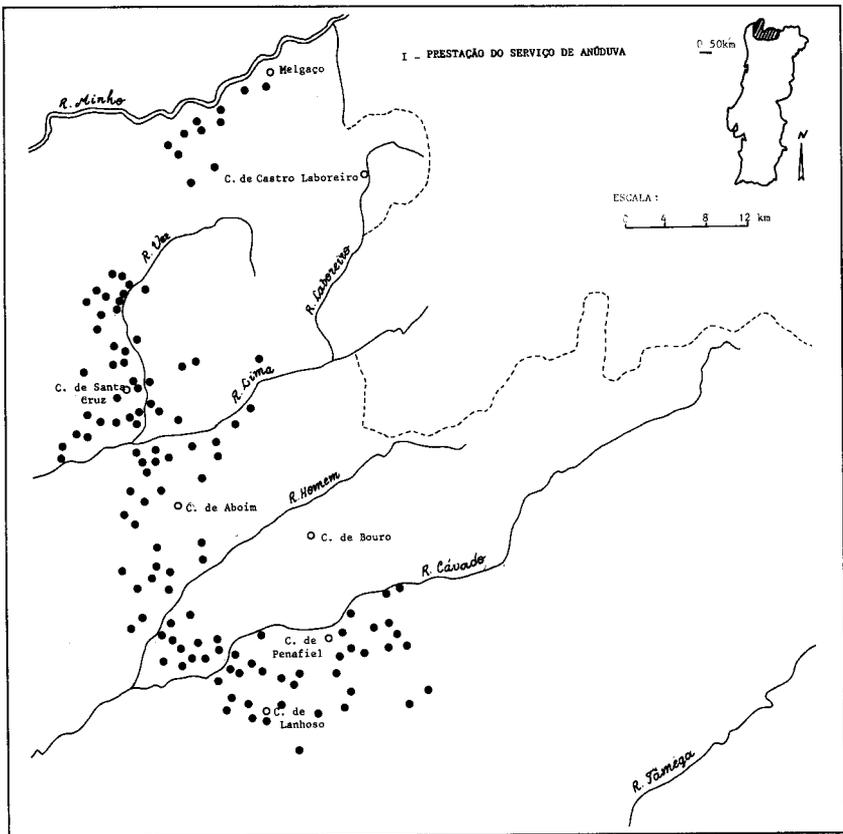
Em caso de ameaça armada, proviesse ela de onde quer que fosse, era fundamental que as estruturas defensivas se encontrassem operacionais, para, em qualquer momento, serem capazes de responder eficazmente às tentativas de agressão. Mas mantê-las em bom estado não era tarefa fácil nem rápida e, além do mais, requeria a mobilização de um largo espectro de populações. Só com o empenhamento de todos se podiam manter de pé os muros das fortalezas, as suas portas solidamente fechadas, os seus fossos bem cavados. A expectativa de futuros ataques só assim podia ser encarada com alguma serenidade.

¹² Cfr. sobre o assunto, Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, vol. I, 2ª ed. dirig. por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, 1945, pp. 310-318.

¹³ É sobejamente conhecido como tantos dos nossos forais estabelecem, com todo o rigor, os deveres de todos e cada um dos chefes de família moradores no espaço jurisdicional por eles abrangido. Mesmo uma rápida consulta aos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines* (vol. I, Lisboa, 1856, *passim*) é suficiente para provar o que digo.

¹⁴ Já muitos medievalistas portugueses, utilizando as Inquirições régias do século XIII (*Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones* (que passarei a citar *P. M.H., Inq.*). Lisboa, 1888-1975), mostraram bem até que ponto estes monumentos são ricos em informações de mais variada natureza. Cfr. o que eu própria, em outras ocasiões, deixei dito: "A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das Inquirições de 1258", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, *História local I. Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães. [1997], pp. 7-8; "Sobre o pão medieval minhoto. O testemunho das Inquirições de 1258", in *Arqueologia medieval*, vol. 6, 1998, (no prelo).

Mas este não era trabalho a fazer após soar o alarme. Era anterior a ele, era constante, devia renovar-se todos os anos onde fosse necessário e devia depois retomar-se, logo que o perigo passasse. Por isso, em quase todas as freguesias fronteiriças, como em quase todas as outras, a generalidade dos chefes de família, ou, pelo menos, alguns deles, tinham a obrigação de participar nesses trabalhos¹⁵. Tinham de prestar o serviço de anúduva¹⁶. Em tempo de guerra como em tempo de paz, antes como depois da separação



¹⁵ Cfr. o mapa respectivo.

¹⁶ Sobre a anúduva, que, no dizer de Herculano (*ob.cit.*, t. III, Lisboa, 1980, p. 445), vinha a ser a contribuição em trabalho que abrangia maior número de indivíduos "de todas as classes populares", podem ver-se, além desta obra, Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, t. III, Lisboa, 1946, pp. 55-58; Alberto Sampaio, "As villas do Norte de Portugal", in *Estudos históricos e economicos*, vol. I, Porto, 1923, pp. 204-215; Armando de Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XVI*, vol. II, Lisboa, 1964, p. 152; María Estela González, "La anubda y la arrobda en Castilla", in *Cuadernos de historia de España*, vol. 39/40, 1964, pp. 4-42.

política entre os dois povos. A diferença colocou-se talvez apenas no facto de que, a partir dela, começaram a multiplicar-se os pontos onde os camponeses minhotos teriam que deslocar-se para colaborar nos trabalhos, primeiro de construção, depois de manutenção, das fortalezas erigidas por exigências fronteiriças.

Mas, naturalmente, tudo se complicava na eminência do perigo. Ao primeiro alarme havia, de imediato, que acorrer aos lugares mais vulneráveis da fronteira. Estendida ao longo de serras, as possibilidades de penetração localizavam-se em pontos bem determinados, os mais acessíveis. E esses, necessário se tornava serem bem vigiados. Pelo menos, por este meio, seriam impedidos os ataques de surpresa. Montanhas que eram aquelas populações, conheciam bem tais caminhos, de muitas vezes os trilharem na múltipla utilização quotidianamente feita das riquezas florestais que revestiam as encostas e mesmo os cimos dos montes. Sabiam bem estas gentes como vigiá-los, quais os sítios mais apropriados para isso, onde melhor se podiam esconder na sua função de atalaias.

Assim, os homens de S. Pedro de Mou partiriam logo a guardar as travessas do monte Laboreiro¹⁷. Aparentemente não coadjuvados pelo mais vizinhos ao perigo, os de Castro Laboreiro. Talvez porque estes, habitantes de terras pobres, alcandorados no cimo do monte, isolados, seriam demasiado poucos para que alguns deles pudessem ser distraídos da defesa do castelo, fortaleza demasiado importante para que essa defesa pudesse, de algum modo, ser menos cuidada¹⁸.

Mais a Sul, outros pontos vulneráveis exigiam atenção: a Portela do Galo¹⁹, aonde deviam acorrer os moradores de S. Martinho de Soajo²⁰, enquanto aos homens da freguesia próxima, de S. Mamede de Lindoso, era pedido que guardassem os portos do mesmo nome e do Cabril. Só que a estes, o serviço de vigilância não seria exigido por

¹⁷ "quando ouverem guerra am de guardar as travessas do monte de Leboreiro", *P.M.H., Inq.*, p. 345. Cfr. o que sobre estes caminhos e a propósito do seu valor estratégico diz A. Botelho da Costa Veiga, *Estudos de história militar portuguesa*, vol. I. *Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; análise da tradição e da polémica de Ourique*, parte primeira, Lisboa, 1936, p. 49 e também Alexandra Cerveira Pinto S. Lima, *Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano*, Melgaço, 1996, pp. 18-26.

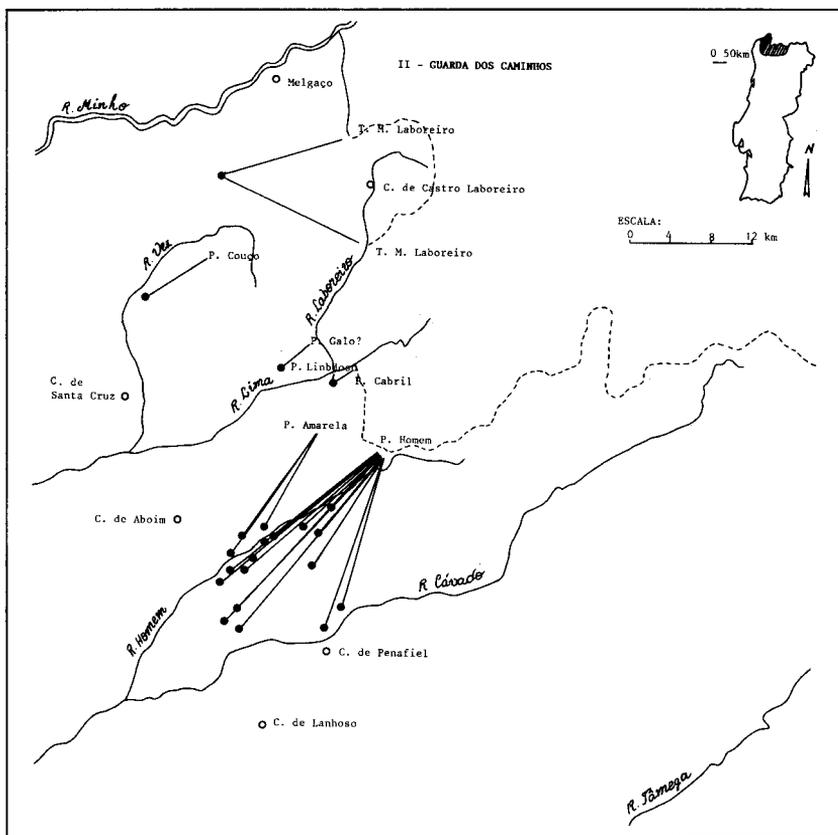
¹⁸ Cfr. Amélia Aguiar Andrade, "A estratégia afonsina na fronteira Noroeste", cit., p. 86.

¹⁹ A Portela do Galo não pôde ser localizada com rigor. Nenhum dos mapas ou estudos consultados o permitiu. Ficou assinalada no ponto que pareceu mais lógico, de acordo com as condições do terreno nas proximidades da freguesia cujos moradores deviam guardar a passagem.

²⁰ *P.M.H., Inq.*, p. 396.

mais de três dias²¹ - talvez o tempo de segurança considerado necessário²² - e tinham direito a guardar uma parte das presas que por ventura fizessem²³.

Todavia, sobre esta fronteira, o ponto mais importante era sem dúvida a Portela do Homem. Em caso de alarme quase todo o julgado de Bouro devia deslocar-se àquele lugar, para o "guardar"²⁴, para o "tapar"²⁵. Não sobra dúvida de que a preocupação com esta entrada superava de longe a que todas as outras fomentavam. Talvez



²¹ Quando "lis vem mandado de guardarem o porto de Cabril e de Lindoso am no de guardar terterdia" (*ib.*, p. 414).

²² A. Botelho da Costa Veiga, *ob. cit.*, p. 64.

²³ "... et se filam bestia selada, filam a sela pora si ou li dam por ela j. maravedi" (*P.M.H.. Inq.*, p. 414).

²⁴ É o termo mais usado. *ib.*, pp. 417, 418, 419, 420, 421, 423, 424.

²⁵ Esta expressão só é usada relativamente às freguesias de S. Tiago de Goães e S. Paio de Seromil (*ib.*, p. 421).

por aí fosse mais plausível o caminho de uma hoste inimiga a internar-se pelo País²⁶ e a procurar atingir centros importantes, de que Braga e Guimarães seriam os primeiros e mais acessíveis a partir de toda a fronteira em consideração²⁷.

Quase como uma segunda linha de possíveis entradas a não descurar, o Porto do Couço²⁸, já bastante internado e talvez a servir de reforço de vigia no caso de entrada de hostes pelo sopé do monte Laboreiro, ficava a cargo dos moradores de S. Salvador de Cabreiro²⁹; à Portela da Serra Amarela, ou Porta da Amarela, na rectaguarda dos caminhos por Lindoso e Cabril, deviam acorrer os homens de S. Mamede de Gondoriz³⁰, S. Mamede de Cibões³¹ e S. João de Gomesende³².

Para os lados do Barroso os caminhos seriam, talvez, mais difíceis ou menos apropriados a uma investida sobre pontos estratégicos importantes. Ninguém, por esses lados, precisava vigiar a fronteira, ou, pelo menos, tal obrigatoriedade não ficou consignada entre aquelas a que as populações locais teriam que submeter-se ao serviço do rei de Portugal.

Vencidos estes pontos da fronteira e avançadas as forças inimigas por território português, havia que, tão rapidamente quanto possível, travar-lhes o passo para as obrigar a recuar.

Era a vez dos castelos e outras estruturas fortificadas entrarem em acção.

No extremo Norte, a praça forte de Melgaço erguia-se, por assim dizer, numa primeira demarcação do território português. Mas Melgaço estava mais virada sobre o Minho. Era uma fortaleza do rio³³. Na serra, o castelo de Castro Laboreiro era o que mais a Norte proclamava a soberania de Portugal e o primeiro a sofrer os embates, numa eventual entrada de Leão por esta fronteira³⁴. Isolado e servido por um pequeno grupo de homens, como já disse, precisava do auxílio das populações vizinhas, em caso de perigo. Por isso, os homens de S. Pedro de Mou, "se ouvirem voz d apelido do Castello de Leboeiro

²⁶ Cf. A. Botelho da Costa Veiga, *ob. cit.*, p. 65.

²⁷ Sobre estes caminhos veja-se o mapa apresentado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal", *cit.*, p. 38.

²⁸ Segui a localização proposta por A. Botelho da Costa Veiga, *ob. cit.*, p. 38.

²⁹ "... se guerra vem do regno de Leom, vam guardar o porto do Couso" (*P.M.H., Inq.*, p. 380).

³⁰ *Ib.*, p. 431.

³¹ *Ib.*, p. 432.

³² *Ib.*, p. 433.

³³ Mas era também, como diz Amélia Aguiar Andrade, um reforço da primeira linha de enfrentamento com Leão (*ob. cit.*, p. 86).

³⁴ *Ib.*

deven li a correr", mas, em contrapartida, o seu alcaide, "se os vir in coita deve os acoler no Castello e inparal os"³⁵. Para isso lá estava a grande cerca, que fora construída, como outras, no século XII³⁶.

Muito mais avançado para o interior estivera, em tempos, o castelo de Santa Cruz. Talvez por menos importante e funcional, em 1258 encontrava-se derrubado e não deve ter sido reconstruído³⁷. Mas lembravam-se ainda, em 1258, os seus tempos de operacionalidade e as obrigações que para com ele tinham os moradores de Santa Comba de Vila Fonche, em cuja freguesia ele se levantara³⁸: "quando os chamavam pora bastimento do Castelo, baestian o cum seus corpos e cum seus averes"³⁹. E eram ajudados nestes serviços pelos vizinhos moradores em S. João de Rio Frio⁴⁰.

Bem importante devia ter sido o castelo de Bouro⁴¹, a avaliar pela movimentação que determinava. Alguns homens, como os residentes em Santa Marinha de Vilar⁴², S. Silvestre de Freitas⁴³, S. Tiago de Chamoim⁴⁴ e outros mais⁴⁵, iam guardar o castelo, alguns, expressamente dito, quando "metem apelido"⁴⁶; outros, como determinados moradores de S. Paio de Carvalheira⁴⁷ ou Santa Marinha de Covide⁴⁸, transportavam a madeira necessária para o castelo, ou tinham o encargo de fazer a vela. Na linha da Portela do Homem, o castelo de Bouro devia estar bem preparado para receber as hostes contrárias que por ela tivessem logrado passar.

³⁵ *P.M.H., Inq.*, p. 375.

³⁶ Mário Jorge Barroca, *ob. cit.*, pp. 122-123.

³⁷ Na acta correspondente à freguesia de Santa Comba de Vila Fonche diz-se que "ora jaz esse Castello [de Santa Cruz] derribado" (*P.M.H., Inq.*, p. 379).

³⁸ Localizado em Vila Fonche (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, dissert. polic., apresentada à Faculdade de Letras, Porto, 1978, p. 38).

³⁹ *P.M.H., Inq.*, p. 379.

⁴⁰ *Ib.*, p. 382.

⁴¹ Sobre a localização do castelo de Bouro, cfr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *ob. cit.*, p. 32.

⁴² *P.M.H., Inq.*, p. 424.

⁴³ *Ib.*, p. 420.

⁴⁴ *Ib.*, p. 418.

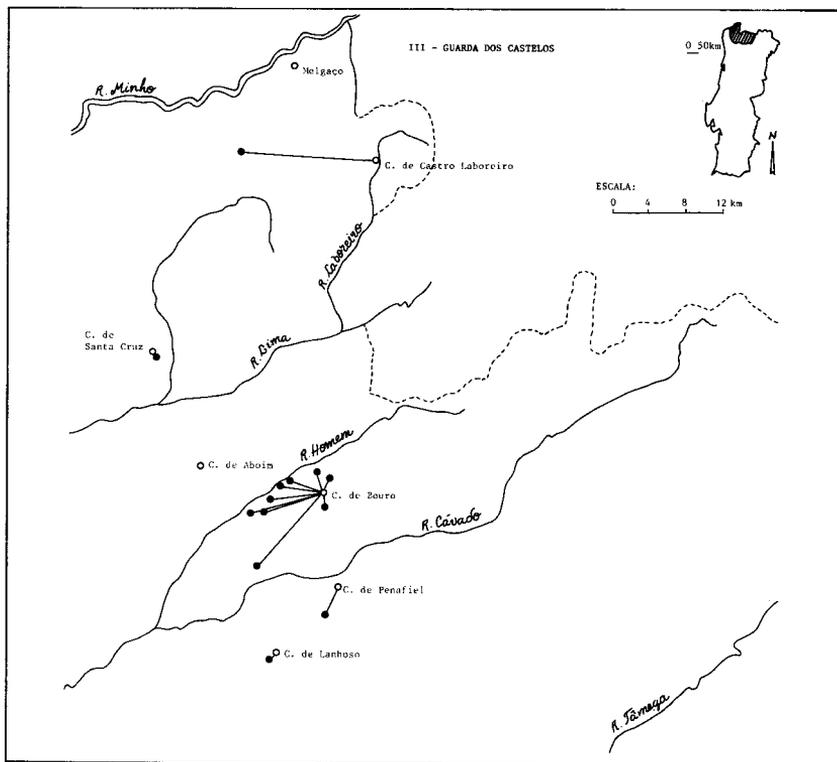
⁴⁵ Em cada uma das freguesias de Santa Maria de Choreense, Santa Maria de Moimenta e S. João de Balança, aquele que morasse num determinado casal a isso adscrito, devia ir ao castelo (*ib.*, p. 423).

⁴⁶ Assim os moradores de S. Tiago de Chamoim (*ib.*, p. 418) e Santa Marinha de Vilar (*ib.*, p. 424).

⁴⁷ *Ib.*, p. 416.

⁴⁸ *Ib.*, p. 420.

Mais adentrados, os castelos de Penafiel⁴⁹ e Lanhoso⁵⁰. O primeiro devia ser velado pelos homens de S. Pedro de Cerzedelo, "quando nocte fuerit", revesando-se em grupos de dois, serviço que os isentava de qualquer foro devido ao rei⁵¹. Como uma espécie de apoio aos vigias, os moradores de S. João da Cova⁵² e de S. Martinho de Ventosa⁵³, deviam, cada um deles, levar-lhes uma cestinha cheia de castanhas verdes e um cantarinho cheio de vinho⁵⁴. Seria, pelo menos, um refresco bem vindo, a cortar a angústia nocturna, forjada na expectativa de uma aproximação inimiga.



⁴⁹ O castelo de Penafiel de Soás localizava-se em Parada de Bouro, actualmente concelho de Vieira do Minho (Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *ob. cit.*, pp. 12, 41).

⁵⁰ Erguia-se em Póvoa de Lanhoso, construído sobre um antigo castro (*ib.*, p. 38).

⁵¹ *P.M.H., Inq.*, p. 1502.

⁵² *Ib.*, p. 1505.

⁵³ *Ib.*.

⁵⁴ "dant de quolibet casali semel in anno singulas cestinas plenas de castaneis virides et singulos cantarinos plenos de vino velatori" (*ib.*, p. 1505).

Outros castelos no espaço em análise, só o de Aboim da Nóbrega, mas esse, construído por D. Ourigo Ourigues em território doado por D. Afonso Henriques⁵⁵, não exigiria a prestação de serviços de guarda por parte dos dependentes do rei. Pelo menos, ela não foi mencionada no texto em análise. Talvez sobre estes apenas impen- desse a habitual obrigação da anúduva, que essa aparece, como por toda a parte, profusamente exarada nas actas correspondentes às fre- guesias do julgado, acompanhada pelas também habituais contribui- ções para o casteleiro.

As velas, as roldas⁵⁶ - que não deixaram marcas, estas últimas, na documentação em estudo, mas que não poderiam deixar de mobili- zar alguns homens, os mais ricos e influentes – eram, por assim dizer, serviços prévios à chegada das hostes adversárias. Consumada a invasão, havia que fazer-lhe frente, defender o território, tentar impedir o avanço daqueles que, no caso, se apresentavam como inimigos. Era a vez do chamamento geral, o apelido⁵⁷, para que todos quantos fossem capazes, se aprestassem a pegar nas armas de que dispunham ou que tinham obrigação de possuir e com elas se incorporarem na hoste defensiva. Era um serviço que impedia com grande rigor sobre todos quantos estivessem aptos a combater, porque a obrigação de defender o território era sagrada. No entanto, o texto em análise é muito parco em informações sobre este assunto. Penso que a referência ao apelido não poderá representar a convocatória geral para a guerra defensiva, a qual, por tão obviamente necessária, escusada se tornava a sua fixação por escrito. Seria, talvez, o chamamento para a incorporação nas hostes ofensivas, aqui levantadas para uma entrada por terras de Leão⁵⁸. Assim se justificaria que tão poucas paróquias, numa terra de fronteira, fossem obrigadas a acorrer ao apelido; que, entre elas, algumas só não pudessem recusar-se a participar quando o exército marchava "cum corpore regis"⁵⁹, ou quando a incursão se limitava a razia pelas vizinhas terras leonesas, suficientemente próximas para que a opera- ção não demorasse mais do que um dia, de modo a que os partici- pantes pudessem, à noite, estar de regresso a casa⁶⁰.

⁵⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *ob. cit.*, p. 27

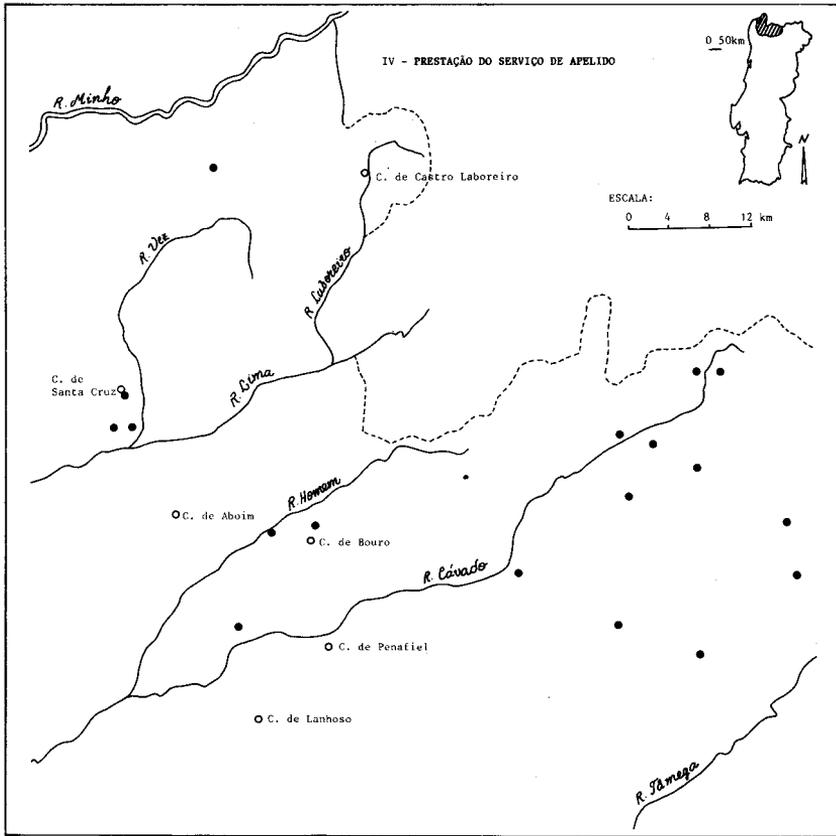
⁵⁶ Sobre estes serviços militares cfr. A. Botelho da Costa Veiga, *ob. cit.*, p. 22; Iria Gonçalves, "Velas ou Roldas", in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão. vol. IV, Lisboa, 1971, p. 265.

⁵⁷ O apelido era um serviço militar muito imperativo e abrangente, dado que correspondia a uma tão vital necessidade como a defesa do território perante uma agressão estrangeira. Sobre este serviço podem ver-se: Alexandre Herculano, *ob. cit.*, t. IV, pp. 381-382; Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, t. III, pp. 51-54; A. Botelho da Costa Veiga, *ob. cit.*, p. 22.

⁵⁸ Cfr. o mapa respectivo.

⁵⁹ *P.M.H., Inq.*, pp. 391, 392, 393.

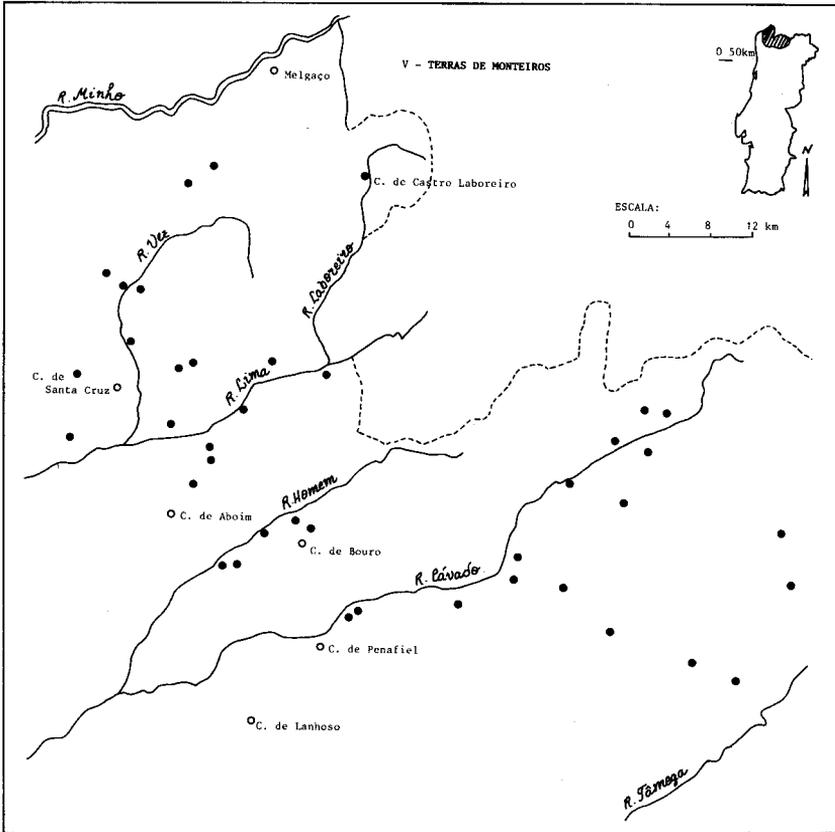
⁶⁰ Cfr. o mapa respectivo.



Eram estas, de acordo com o texto que venho analisando, as tarefas de carácter militar ou para-militar que incumbiam aos camponeses minhotos, sobretudo aos herdeiros e dependentes do rei. Homens que em grande parte viviam da agricultura e da pecuária, modos de vida pacíficos e pouco adequados, portanto, a proporcionar-lhes, por um lado, um mínimo de preparação militar, por outro, a posse de armas, tanto ofensivas como defensivas, sem o que a sua participação nas operações bélicas se tornaria pouco menos que inútil.

Mas muitos desses camponeses, ao mesmo tempo que eram agricultores e pastores, eram também monteiros, especializados na caça ao urso, ao cervo, ao javali, como já atrás deixei dito. E se a montaria era considerada pela nobreza, como um excelente exercício de treino para a guerra, também estes homens, habitantes das agruras serranas ou

vivendo nas terras mais planas, mas que à montanha arrancavam boa parte da sua subsistência, no combate com os animais bravios, tinham, quotidianamente, amplo ensejo de treinar para a guerra⁶¹. Mesmo a contra gosto. E, claro, não podiam deixar de possuir armas sólidas e bem temperadas, que os seus ferozes antagonistas não lhes concediam quartel.



Nesta sociedade de fronteira, entre homens rudes e habituados ao perigo, o rei, o senhor, podiam, sem dúvida, levantar uma hoste aguerrida e esperar que os serviço de sua incumbência fossem bem executados.

⁶¹ Cfr. A bibliografia citada na nota 10.